



Adilson Tadeu Basquerote  
(Organizador)

# GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



Adilson Tadeu Basquerote  
(Organizador)

# GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Geografia: espaço, ambiente e sociedade

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adilson Tadeu Basquerote

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-784-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.847211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 1**”, reúne essencialmente estudos que centram-se na temática da Geografia como ciência, em diferentes contextos e perspectivas. Por meio de pesquisas transdisciplinares, revela-se a constituição do espaço geográfico como sendo o palco das realizações humanas, passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.

Entre os temas abordados destacam-se processos de ensino e aprendizagem, trabalho informal, crescimento econômico x crescimento social, mobilidade, violência e ocupação urbana, conflitos agrários e criminalidade, patrimônio arqueológico e alimentar, fronteiras raciais, turismo, entre outros. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, venezuelanas e mexicanas, o livro é composto por quinze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, que entrecruzam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento.

Nesse interim, o livro reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Editora Atena, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO


Francisco Marqueline Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114121>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR-APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA  
SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA


Sérgio Luiz Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114122>

### **CAPÍTULO 3..... 28**

A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA


Alessandra Oliveira Teles

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114123>

### **CAPÍTULO 4..... 39**

CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES  
METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS

Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114124>

### **CAPÍTULO 5..... 53**

DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO

Fernando Ribeiro Camaz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114125>

### **CAPÍTULO 6..... 71**

MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)

Maristene Amaral Matos

Cornélio Silvano Vilarinho Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114126>

### **CAPÍTULO 7..... 82**

OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O  
SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL


Carolina Porto Luiz







Geovan Martins Guimarães


Bruna Cataneo Zamparetti

José Gustavo Santos da Silva

Juliano Bitencourt Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127>

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE	
Valter Luiz de Macedo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128">https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES	
Liziane de Oliveira Jorge	
Giovanna Souza Piassi	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129">https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>123</b>
ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210">https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>135</b>
CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL	
Vanderson Viana Rodrigues	
Eliezer Henrique da Silva Sousa	
Ademir Terra	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211">https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>149</b>
MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA	
Carmelina González Ramírez	
Betty Judith Ramírez Chaparro	
Sandra Yusbeth Bustillos Leal	
Karena Rodríguez Acero	
Cleomary Oliveros Oliveros	
Daniela Rey Romero	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212">https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>164</b>
FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19	
Elinton Fabio Romão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213">https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213</a>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>176</b>
ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vandrezza Amante Gabriel	
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141214>

**CAPÍTULO 15..... 187**


INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Débora Gaspar Soares

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Juliana da Fonseca Meira

Mariana Torres Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141215>

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 199**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 200**

# CAPÍTULO 7

## OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/11/2021

### **Carolina Porto Luiz**

Graduada em História; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) Tubarão/SC/Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1273471603403566>  
<https://orcid.org/0000-0002-6125-6881>

### **Geovan Martins Guimarães**

Doutor em Turismo; Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), Professor do curso de História da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) Tubarão/SC/Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/7166070219582615>  
<https://orcid.org/0000-0002-9659-8240>

### **Bruna Cataneo Zamparetti**

Mestra em Ciências da Linguagem; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (Grupep), da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) Tubarão/SC/Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/5395283691814839>

### **José Gustavo Santos da Silva**

Mestre em Ciências Ambientais; Pesquisador do Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma/SC/Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-0578-8266>

### **Juliano Bitencourt Campos**

Doutor em Arqueologia; Pesquisador do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) Criciúma/SC/Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1475008321154560>  
<https://orcid.org/0000-0002-0300-1303>

**RESUMO:** No município de Jaguaruna, localizado ao Sul de Santa Catarina, encontra-se um dos maiores sambaquis do Brasil, o sambaqui Garopaba do Sul. Esse sítio foi amplamente explorado pela indústria caieira em meados do século XX, o processo de mineração do material conchífero levou a depredação parcial do sambaqui. Os sítios arqueológicos, mesmo após conseguirem proteção legal passaram por diversos processos de depredação. Por estarem em uma área litorânea em crescente expansão, estes sítios vêm sofrendo pressão diante do aumento na ocupação e urbanização no seu entorno. A partir desta realidade, definiu-se como objetivo central de pesquisa: compreender o crescimento da ocupação do território nas áreas circunvizinhas ao sambaqui Garopaba do Sul. Para realizar as análises geoespaciais foi organizado um Sistema de Informação Geográfica – SIG. Verifica-se com base nas análises de dados que o sítio Garopaba do Sul está em risco, o avanço urbano é crescente na região, com o surgimento de novos balneários. Embora há medidas protetivas de amortecimento de impacto

ao sítio, não há uma preocupação do poder público em aplicar medidas efetivas para ordenar a ocupação das áreas de entorno dos sítios. Diante desse cenário há a necessidade de se pensar medidas de concretas, sistemáticas na sensibilização e preservação dos patrimônios. **PALAVRAS-CHAVE:** Sítio arqueológico. Ocupação Urbana. Preservação. Sistema de Informação Geográfica.

## URBAN OCCUPATION OF THE SOUTH COAST OF SANTA CATARINA: THE ADVANCEMENT ON THE SAMBAQUI GAROPABA DO SUL ARCHAEOLOGICAL SITE

**ABSTRACT:** In the municipality of Jaguaruna, located south of Santa Catarina, there is one of the largest sambaquis in Brazil, the sambaqui Garopaba do Sul. This site was widely explored by the caieira industry in the mid-20th century, the shell material mining process took the partial depredation of the sambaqui. Archeological sites, even after obtaining legal protection, have undergone several depredation processes. As they are located in a coastal area in growing expansion, these sites have been under pressure due to the increase in occupation and urbanization in their surroundings. Based on this reality, the main objective of the research was defined: to understand the growth of occupation of the territory in the areas surrounding the sambaqui Garopaba do Sul. To carry out the geospatial analysis, a Geographic Information System - GIS was organized. Based on data analysis, it is verified that the Garopaba do Sul site is at risk, urban advancement is increasing in the region, with the emergence of new spas. Although there are protective measures to cushion the impact of the site, the government is not concerned about applying effective measures to order the occupation of the areas surrounding the sites. Given this scenario, there is a need to think about concrete, systematic measures to raise awareness and preserve heritage.

**KEYWORDS:** Archaeological site. Urban occupation. Preservation. Geographic Information System.

## 1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Jaguaruna, localizada ao Sul de Santa Catarina (figura 1) é detentora de um singular patrimônio cultural. Trata-se de sítios arqueológicos pré-coloniais, datados de diferentes períodos, com dimensões variadas. São encontrados pequenos sítios bem como os monumentais sambaquis. Estes patrimônios compõem a paisagem cultural desta região. Sambaquis, denominação dada pelos povos indígenas falantes da língua Tupi, que significa “montes de conchas”, são sítios arqueológicos que possuem uma forma monticular em que o principal material construtivo são as conchas, começaram a ser construídos por sociedades pescadoras-caçadoras-coletoras, no sul de Santa Catarina por volta de 7 mil anos (DeBLASIS *et al.*, 2007; GASPAR, 2000; KNEIP; FARIAS; DeBLASIS, 2018).

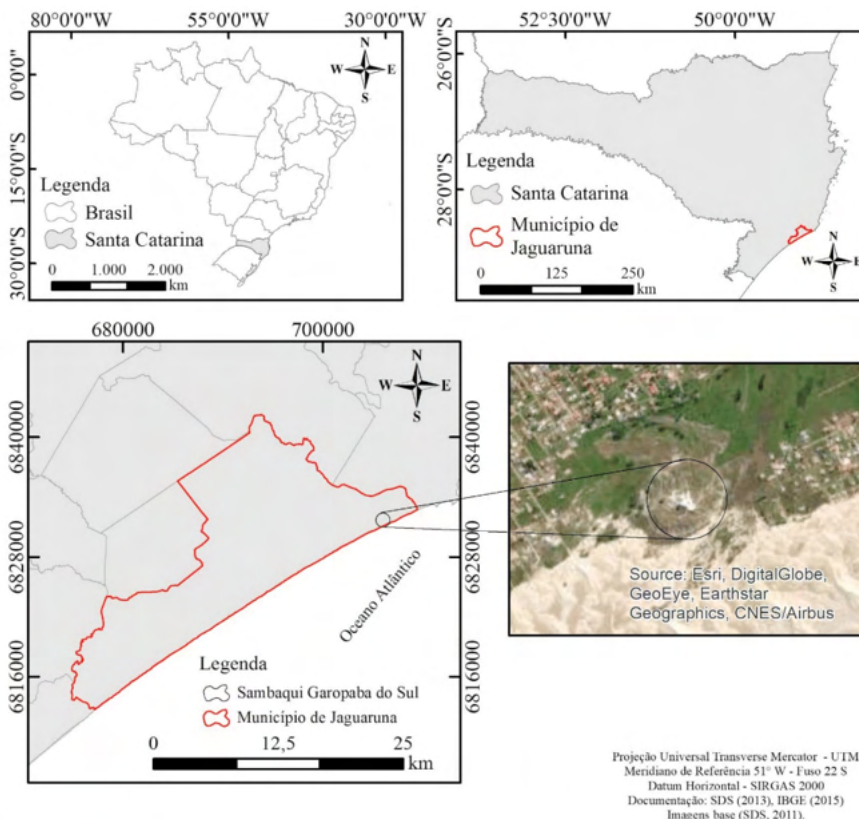


Figura 1: Localização da área de estudo

Fonte: Os autores (2021).

Os sambaquis, também são conhecidos com concheiros, casqueiro, berbigueiros, estão presentes em toda costa brasileira, ocupando áreas lagunares, baías e ilhas. Os sítios são construídos a partir de estruturas compostas de camadas de conchas, com presença de ossos de aves, mamíferos, peixes e sementes carbonizadas. Essas camadas são intencionalmente construídas, estando, em muitos casos, relacionada a rituais cerimoniais de sepultamentos (GASPAR *et al.*, 2002; DeBLASIS *et al.*, 2007).

Vários sambaquis foram utilizados recorrentemente por inúmeras gerações ao longo de centenas de anos, de modo a adquirir dimensões notáveis, constituindo-se como marcos permanentes na paisagem. Sua presença atesta a grande estabilidade temporal, territorial e simbólica da construção de sambaquis como um fenômeno cultural socialmente significativo e relevante (FISH *et al.*, 2013; DeBLASIS *et al.*, 2018).

O sambaqui Garopaba do Sul, ocupa uma área de 7,5 hectares, atualmente em sua parte mais elevada chega alcança por volta de 30 metros de altura. Foi amplamente destruído pela mineração, explorado principalmente pela indústria caieira da região,

aniquilando uma parte significativa do sítio. Mesmo com todos os processos de danos e destruição ainda é um dos maiores sambaquis na região (FARIAS, 2009; GUIMARÃES *et al.*, 2016).

Os sítios arqueológicos presentes nesta região vêm sofrendo, ao longo dos anos, diversas agressões, ligadas inicialmente às atividades de extração mineral, e atualmente à expansão imobiliária e à prática de esportes radicais.

No primeiro caso, as conchas dos sambaquis eram extraídas e moídas pelas indústrias mineradoras, para a extração de calcário ou mesmo para serem utilizadas como aterro em estradas e propriedades.

Na década de 1960, no auge da mineração no sul de Santa Catarina, muitos dos grandes sambaquis sofreram desmontes. (...) Devido à monumentalidade, alguns sambaquis se mostravam, aos olhos dos exploradores, como fontes inesgotáveis de material construtivo (FARIAS; GUIMARAES; ZAMPARETTI 2021, p. 90).

A partir da década de 1960 os patrimônios arqueológicos passaram a ser protegidos pela Lei 3.924 (BRASIL, 1961), entretanto registros de destruição desses patrimônios são observados com recorrência até a década de 1980 (FARIAS, 2009; FARIAS *et al.*, 2015).

Motivado pelo turismo de sol e mar, verifica-se um avançado processo de ocupação e expansão urbana, uma atividade desenvolvida sem um planejamento adequado, tendo pouca preocupação com os elementos naturais e culturais. Com a expansão imobiliária desordenada e o afã das prefeituras, com corpo técnico pouco qualificado, pela pura e simples captação de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) colocam em risco o patrimônio arqueológico. Muitos loteamentos litorâneos são implantados sem planejamento e/ou licenciamento ambiental, colocando em risco o patrimônio arqueológico e natural da linha costeira. Além disso, o aumento demográfico substancial durante o período de veraneio atrai todo tipo de turista. Muitos praticantes de esportes radicais, como Motocross, jipecross e *sandboarding*, atuam diretamente sobre as dunas e sítios arqueológicos, provocando sua destruição parcial, e, em alguns casos, total (GUIMARÃES, 2017).

Com base na lei promulgada em 1961, os patrimônios arqueológicos são considerados bens da União, devendo contar com proteção especial. Portanto, a preservação poderá, de fato, promover a proteção e impedir a descaracterização e depredação dos sítios arqueológicos (BRASIL, 1961; FARIAS, 2000).

Por mais que os sítios arqueológicos estejam protegidos por lei e até mesmo registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sua preservação não está garantida. Compreender a situação atual desses patrimônios é de fundamental importância para, futuramente, se estabelecer um programa de gestão com maior efetividade, possibilitando a criação de políticas públicas para a valorização desses bens (GUIMARÃES *et al.*, 2018). O uso de métodos para análise ocupacional integrado ao geoprocessamento poderá auxiliar na

gestão efetiva dos remanescentes arqueológicos pré-coloniais, considerando a inabilidade do poder público no monitoramento constante do patrimônio.

O geoprocessamento associado ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) é ferramenta importante no monitoramento e avaliação do processo de ocupação das áreas circunvizinhas aos sítios arqueológicos, possibilitando, a partir de análises de informações especializadas, perceber os riscos aos quais os sítios arqueológicos estão expostos, mitigar e evitar novos impactos.

## 2 | METODOLOGIA

O estudo e planejamento do território são importantes para obter uma gestão correta da ocupação territorial e assim garantir a preservação dos patrimônios, tornando imprescindível o uso de ferramentas que auxiliem no diagnóstico, estratégias e tomadas de decisão para gestão e preservação do ambiente. Dessa forma, se utilizou do geoprocessamento e da ferramenta de Sistema de Informação Geográfica- SIG como método para realizar análises da ocupação da área adjacentes ao sítio arqueológico Garopaba do Sul.

A ferramenta SIG auxilia no delineamento das áreas de estudo, e conseqüentemente, ferramenta de suporte a tomada de decisão. Os métodos intrínsecos a estas ferramentas e as inúmeras alternativas inerentes à sua aplicação resultaram na construção de um diagnóstico dos problemas que afetaram e estão afetando os sítios arqueológicos.

As técnicas de Geoprocessamento adotadas, ao possibilitarem a integração dos dados, permitiram realizar análises da ocupação do território a partir de imagens aéreas georreferenciadas. Nessa pesquisa foram utilizadas imagens aéreas dos anos de 1938, 1957, 1978, 2003, 2009 e 2018. As imagens com datas de 1938, 1957 e 1978 foram disponibilizadas pela Secretaria do Estado e Planejamento de Santa Catarina, e as imagens a partir de 2003 foram acessadas no Google Earth. A área estudada foi definida por meio de um buffer de 400 metros a partir da área de delimitação do sítio, assim, todas as construções que aparecem dentro dessa área foram vetorizadas. Possibilitando a análise da ocupação das áreas circunvizinhas ao longo dos anos, observando a existência de algum controle de preservação do sítio arqueológico.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise da evolução territorial, observamos o avanço constante da urbanização das áreas circunvizinhas sobre o sítio arqueológico Garopaba do Sul, a ocupação das áreas contiguas ao sambaqui se inicia a partir da década de 1970. Na figura 2 se apresenta uma imagem aérea da região de Garopaba do Sul, em Jaguaruna, a imagem foi registrada no ano de 1978, nela pode ser observado o sambaqui sem evidência de edificação próximas. Nesse período o sambaqui se encontrava entre as dunas. É possível observar na imagem (à direita) as marcas de estradas delimitando loteamentos próximos



ao sítio, todavia essas não chegam na área mais proximal do sítio. A estrada dá acesso direto ao sambaqui, acesso esse utilizado durante muito tempo para a extração de conchas para a mineração, registros apontam a mineração desse sambaqui até a década de 1970 (FARIAS, 2000; GUIMARAES *et al.*, 2021).

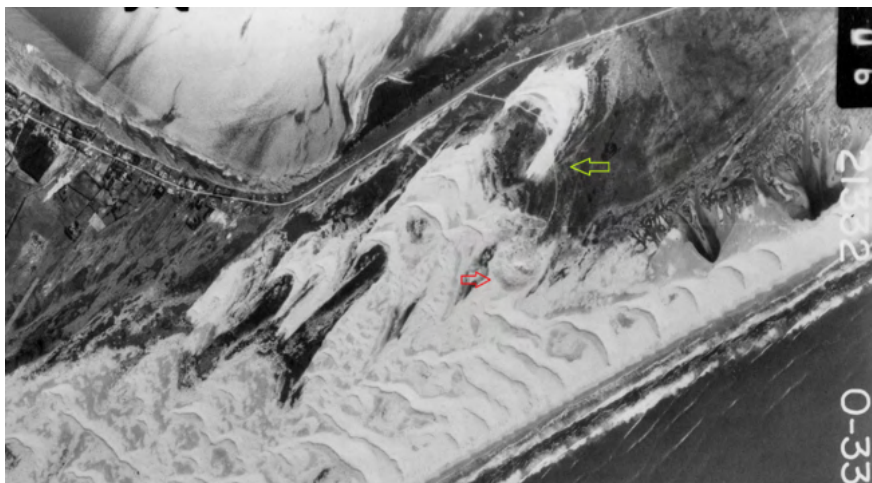


Figura 2: Imagem aérea do Sítio Sambaqui Garopaba do Sul no ano 1978.

Fonte: Secretária do Estado e Planejamento de Santa Catarina, 1978.

Legenda: a seta verde indica a estrada de acesso ao sítio arqueológico e a seta vermelha indica a localização do sítio.

No ano de 1973 o arqueólogo Rohr denuncia ao IPHAN a destruição do sítio Garopaba do Sul pela indústria caieira. O pesquisador também denuncia o descaso do Poder Público em colocar em prática a Lei 3.924/61 (BRASIL, 1961; FARIAS, 2000). Conforme relato, infelizmente, as práticas de destruição dos sítios não cessaram com a Lei de proteção patrimônios arqueológicos.

Considerando que o levantamento foi feito a partir de imagens aéreas disponíveis para consulta, após o ano de 1978 temos imagens do ano de 2003. Neste período o município de Jaguaruna sanciona uma importante lei para a preservação do sambaqui Garopaba do Sul. Essa lei foi criada em um contexto de intensa urbanização do entorno do sítio. A Lei 900/2001 considerava como “(...) Área de Preservação Permanente a faixa de 200 metros a partir da linha limítrofe do Sambaqui de Garopaba do Sul” (JAGUARUNA, 2001), entretanto em 2010 o município cria a Lei 1.385/2010 em que altera a redação da lei anterior de proteção ao sítio, considerando como área de preservação permanente, apenas 50 metros a partir da delimitação do Garopaba do Sul (JAGUARUNA, 2010).

Cabe destacar que já na Lei orgânica do Município artigo 289 (JAGUARUNA, 1990) se previa a proteção, por meio de tombamento, dos sambaquis do município. “artigo 289:

São considerados como patrimônio histórico-cultural e como tal deverão ser tombados por Decreto do Poder Executivo: (...) g) os sambaquis localizados na faixa litorânea do Município;” (JAGUARUNA, 1990).

Diante dessa alteração legal buscou-se analisar a ocupação nas áreas de proteção e preservação a partir do que previam as leis municipais. Portanto, além de analisar o buffer de 400 metros (proposto na pesquisa), se observou o processo de ocupação nas áreas de 50 e 200 metros a partir da delimitação do sítio arqueológico. Por meio das imagens de 2003 até 2018 é possível observar que já na primeira lei não houve o controle, por parte da administração pública municipal, da urbanização e ocupação nos limites de 200 metros do sítio. Os dados analisados entre os anos de 2003 e 2009 apontam um crescimento de 48 para 79 construções dentro do limite de 200m estabelecido por lei.

Após a revogação da lei e diminuição da área de preservação e proteção de 200m para 50m, os números de construções nessas áreas não cessaram ou diminuíram. Na área de proteção na lei vigente a partir de 2010 o número de residências triplicou. Na área de 200m, a partir de 2010 liberada para construção, praticamente triplicou. Na tabela 1 é possível observar o aumento contínuo do número de residências no entorno do sambaqui ao longo dos anos.

Ano	Buffer (metros)		
	50 m	200m	400 m
<b>1938</b>	0	0	0
<b>1957</b>	0	0	0
<b>1978</b>	0	0	0
<b>2003</b>	11	48	174
<b>2009</b>	14	79	187
<b>2018</b>	40	216	630

Tabela 1: Ocupação da área circunvizinha ao sítio arqueológico Garopaba do Sul.

Fonte: os autores (2020)

Mesmo com o afrouxamento da legislação municipal no que tange a extensão da faixa de preservação do patrimônio arqueológico, o avanço da ocupação do território se manteve. Aqui cabe, inevitavelmente, críticas ao poder público municipal acerca do gerenciamento do Sambaqui Garopaba do Sul, destacamos dois pontos que contribuíram diretamente para o cenário atual. Primeiramente, a inexistência de uma fiscalização efetiva da ocupação territorial de acordo com ordenamento do território. Outro ponto foi a incongruência ao permitir que infraestruturas urbanas como, arruamento, posteamento para instalação da rede elétrica e rede de abastecimento de água fossem implantados sobre as áreas de proteção, possibilitando a ocupação do local.

A partir de 2003, percebe-se um aumento de construções para moradias, e abertura de novos loteamentos adentrando o limite de 200 e 50 metros da área de proteção e preservação ao sítio arqueológico. Na figura 3, podemos observar que a partir de 2009 já tem construções na área de delimitação e sobre o sambaqui.



Figura 3: Ocupação em torno do sambaqui Garopaba do Sul

Fonte: Os autores (2020)

Nos últimos anos houve um avanço na ocupação de áreas circunvizinhas que antes eram alagadas. Uma dessas áreas encontra-se ao norte do sítio na qual foi construído um loteamento, esse cresce ao encontro do Sambaqui Garopaba do Sul. No ano de 2009 havia 12 casas nesse novo loteamento, em 2018 já eram contabilizadas 120 construções, dentre elas 29 estão dentro do raio de 200 metros do sítio e 1 construção está dentro da área de 50 metros da delimitação. Na figura 4 é possível observar o aumento da ocupação das áreas adjacentes ao sambaqui Garopaba do Sul no período de 2003 a 2018, nesse mapa podemos visualizar a evolução da ocupação dentro do buffer de 400 metros nos respectivos anos 2003, 2009, 2013 e 2018.

Ocupação na área circunzinha ao sambaqui Garopaba do Sul,  
Período 2003 - 2018

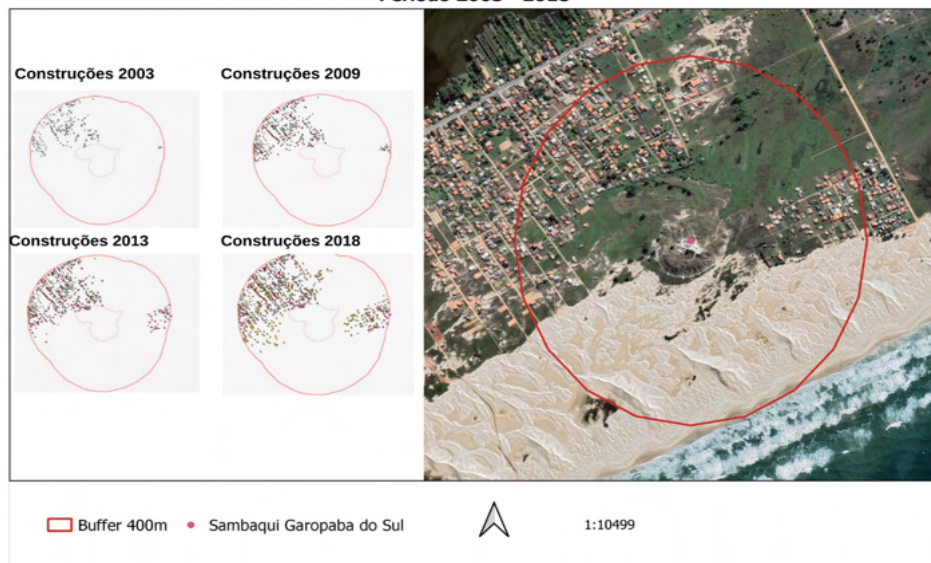


Figura 4: Evolução da ocupação das áreas circunvizinhas ao Sambaqui Garopaba do Sul, período 2003-2018.

Fonte: Os autores (2020)

Com base na análise de dados é notório a falta de aplicabilidade e fiscalização das leis de proteção ao patrimônio arqueológico. Com o passar dos anos a região litorânea vem crescendo exponencialmente e com isso é necessário pensar medidas efetivas de preservação e valorização do patrimônio local. Com a revogação da lei 1385/2010 para diminuir a área de proteção de 200 para 50 metros, é nítido que a área de amortecimento continua exposta, pois o número de construções próxima ao sítio triplica. Dessa forma, se faz necessário pensar em medidas de proteção que sejam discutidas junto com a comunidade, medidas que sejam fiscalizadas e que garantam a preservação e proteção do sítio arqueológico.

Em 2010, Zamparetti e Farias, na pesquisa intitulada “Patrimônio arqueológico e preservação – avaliando a percepção da comunidade de Garopaba do Sul, Jaguaruna–SC, sobre o patrimônio arqueológico local”, realizaram entrevistas e questionários com a comunidade a respeito do sambaqui Garopaba do Sul, dentre as perguntas estavam se elas sabiam da existência do sítio arqueológico no bairro, se achavam importante preservar esse bem e por fim, se sabiam de políticas de proteção ao sítio. O resultado foi que mais de 70% dos entrevistados tinham conhecimento sobre o que era um sambaqui e mais de 90% reconheciam a importância de sua preservação, entretanto apenas metade dos entrevistados sabiam da existência de políticas para proteção do patrimônio arqueológico

(ZAMPARETTI; FARIAS, 2010).

Avaliando as pesquisas desenvolvidas na área, percebemos que as comunidades circunvizinhas, talvez pela falta de informações, diálogo com órgão gestores do patrimônio arqueológico, interação com pesquisa e resultados dos estudos e, conseqüentemente, por desconhecerem a importância desses monumentos, ainda não são parceiras na preservação dos sítios arqueológicos.

É fundamental que a população seja envolvida no processo de gestão sítios arqueológicos, a comunidade precisa conhecer seus patrimônios para valorizar e assim participar do processo de proteção e preservação. Como reforça Pelegrini (2018, p.89, 90) “um patrimônio só será efetivamente preservado se os membros da comunidade o reconhecerem como tal e expressarem um sentimento de que pertencem àquele bem”. Contudo, para que isso ocorra é preciso ouvir e integrar a comunidade nas relações acerca do patrimônio em questão. Podemos já ver nos documentos da Unesco a relevância da participação ativa das comunidades nos processos de patrimonialização:

A Unesco, na Carta de Nara (1994), deixa claro, reforçando a Carta de Veneza (1964) que todas as culturas e sociedades possuem formas e significados particulares de expressões, tangíveis e intangíveis, e estas constituem seu patrimônio, e, portanto, devem ser respeitadas. Salieta ainda que o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos, competindo responsabilidade na gestão do mesmo, inicialmente para a comunidade geradora para após chegar às instituições e grupos de cuidado para com o mesmo (ZAMPARETTI, 2019, p.35).

Segundo Zamparetti (2014) as medidas protetivas realizadas arbitrariamente não garantem eficácia, pois em muitos casos essas medidas não surtem efeitos, não são aplicadas e fiscalizadas e os sítios constantemente estão expostos a práticas de vandalismo e destruição. Dessa forma, se faz necessário pensar em medidas de proteção que visem uma integração da comunidade com o patrimônio arqueológico, medidas que deveriam estar pautadas nas produções simbólicas, significantes, identitárias e memoriais de comunidades acerca da produção do seu patrimônio.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sambaqui Garopaba do Sul teve parte de sua integridade depredada pelas indústrias caieiras e atualmente conta com proteção especial. Entretanto, podemos observar que mesmo protegido por lei, o sítio continua exposto a atos depredatórios, como avanço imobiliária, criação de animais, entulhos e ponto para descarte de lixo, além de ser usado para prática de esportes radicais. Essas ações ocorrem paralelas a uma ineficiência dos órgãos públicos de gestão e salvaguarda dos sítios arqueológicos – IPHAN, Secretarias Estaduais e Municipais, que pela falta de estrutura, pela quantidade de sítios arqueológicos e por uma visão ainda hierárquica de gestão, não conseguem alcançar a preservação

efetiva destes espaços (GUIMARÃES, 2017).

As medidas de proteção adotadas são pensadas e organizadas de forma verticalizada, buscando uma solução imediata, quase sempre fadadas ao fracasso. Nestas ações um agente muito importante não participa e em muitos casos se quer é ouvido, a comunidade do entorno. Aquém das discussões patrimoniais contemporâneas de que o patrimônio deve surgir do seio da comunidade e, portanto, esta deve estar envolvida no gerenciamento e formas de proteção e valorização destes, as ações junto aos bens arqueológicos perpetuam a forma verticalizada, colonial de ação e relação com o patrimônio.

Sendo assim, é necessário que medidas de valorização, sensibilização e preservação do patrimônio cultural que sejam realizadas de forma integrada com a comunidade, de forma que a comunidade conheça, crie um elo de sensibilidade sobre seu patrimônio e assim, em parceria com os órgãos responsáveis crie uma rede de proteção e preservação do patrimônio arqueológico

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Danilo. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta**: em busca do contexto regional do litoral sul de Santa Catarina. Sao Paulo, 2010. Dissertação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

BRASIL. **Lei no 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricosBrasil, 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2015

DEBLASIS, Paulo. *et al.*, Sambaquis e Paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul-Americana**, v. 3, n. 1, p. 29–61, 2007.

FARIAS, D. S. E. **Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS: Dissertação (Mestrado em História), 2000.

FARIAS, D. S. E. **Mapeamento dos sítios arqueológicos na localidade de Cigana – Laguna/ SC**: uma proposta de preservação patrimonial e ambiental. Universidade do Sul de Santa Catarina. Relatório Técnico. Tubarão, 2003.

FARIAS, D. S. E. **Dossiê de preservação para o Parque Arqueológico do Sul**. Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Aqueologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão - SC: Relatório técnico científico, 2009.

FARIAS, D. S. E. **Relatório Final Prospecção Arqueológica pré-histórica na área de cercamento do sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna, SC**. Relatório técnico. Tubarão, 2014.

FARIAS, D. S. E. et al. Parque Arqueológico do Sul: Ambiente, Cultura e preservação em Santa Catarina, Brasil. In: FUNARI, P. P. A.; CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M. H. DA S. G. (Eds.). **Arqueologia pública e patrimônio**: questões atuais. Criciúma: UNESC, 2015. p. 425–472.

GASPAR, M. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GUIMARÃES, G. M. et al. Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina: Proposta de um circuito para visitação. **Revista Memorare**, v. 3, n. 3, p. 276–298, 2016.

GUIMARÃES, G. M. **Turismo, cultura e arqueologia**: O turismo arqueológico como vetor de proteção e valorização dos sambaquis. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria - PPGTH, Curso de Doutorado em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria), 2017.

GUIMARÃES, G. M. et al. Gestão do patrimônio arqueológico e desenvolvimento turístico : ações e propostas. **RBtur Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 3, p. 47–80, 28 out. 2018.

GUIMARAES, G. M. ZAMPARETTI, B. C. FARIAS, D. S. E. **João Alfredo Rohr**: Registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. p. 99 – 136. A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina / Liliane Janine Nizzola, Margareth de Lourdes Souza, Roberta Porto Marques, orgs ; Andreas Kneip ... [et.al], textos. Florianópolis, SC : IPHAN, 2021. 224 p.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

JAGUARUNA. Lei organica n° **1385 de 15 de dezembro de 2010**. Altera a redação da lei nº 900/2001 que considera área de preservação permanente a área do sambaqui de garopaba do sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/jaguaruna/lei-ordinaria/2010/138/1385/lei-ordinaria-n-1385-2010-altera-a-redacao-da-lei-n-9002001-que-considera-area-de-preservacao-permanente-a-area-do-sambaqui-de-garopaba-do-sul-e-da-outras-providencias>. Acessado em 26 out. 2020

KNEIP, A.; FARIAS, D. S.; DEBLASIS, P. **Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina**. Revista de Arqueologia, v. 31, n. 1, p. 25–51, 25 jun. 2018.

PELEGRINI, Sandra. **Memórias e identidades**: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018

SILVA, J. X; Z Aidan, R. T. **Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 368p.

SILVA, J. X; Z Aidan, R. T. **Geoprocessamento & meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 328p.

SILVA, M. S. **Sistemas de Informações Geográficas: elementos para o desenvolvimento de bibliotecas digitais geográficas**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, 2006

ZAMPARETTI, B. C. **Museus e patrimônio histórico: livro didático**. Palhoça: UnisulVirtual, 2019. 80 p.

ZAMPARETTI, B. C. Sambaqui Cabeçuda 01: **Um território resiliente**. Dissertação. Mestrado em Ciências da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

ZAMPARETTI, B. C.; FARIAS, D. E. **Patrimônio Arqueológico e Preservação** – Avaliando a Percepção da Comunidade de Garopaba do Sul, Jaguaruna –SC, Sobre o Patrimônio Arqueológico Local. Tubarão, 2010



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise 3, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 45, 48, 50, 62, 73, 85, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 101, 107, 109, 112, 115, 117, 119, 121, 136, 137, 139, 140, 147, 166, 170, 172, 173, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Aprender 14, 15, 19, 20, 21, 25

Aprendizagem 16, 19, 25, 177, 184, 199

Avaliação 59, 86

### B

Brasil 16, 25, 27, 28, 29, 37, 38, 39, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 121, 135, 138, 139, 146, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 197, 198

### C

Cidadania 16, 25, 26, 27, 69, 81, 122, 146, 181

Cidade 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 65, 67, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 118, 121, 135, 167, 169, 170, 173

Conflito 64, 110, 139, 144, 145, 146, 147

Conhecimento 3, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 90, 98, 164, 165, 179, 182, 183

Contexto 6, 12, 14, 16, 17, 22, 26, 27, 32, 38, 40, 47, 48, 51, 56, 87, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 115, 122, 125, 132, 177, 178, 181, 190

Cultura 1, 2, 3, 8, 12, 45, 49, 50, 51, 67, 68, 92, 93, 111, 118, 121, 135, 139, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

### D

Dados 16, 17, 19, 32, 33, 34, 40, 42, 55, 59, 61, 62, 73, 76, 82, 86, 88, 90, 96, 107, 109, 111, 115, 117, 121, 137, 139, 140, 142, 146, 164, 172, 173, 174, 181, 182, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198

Desenvolvimento 7, 9, 11, 17, 26, 27, 32, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 93, 112, 115, 121, 135, 137, 138, 148, 164, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 199

Desenvolvimento regional 64, 68, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Diversidade 7, 30, 33, 41, 67, 177, 180, 184, 190

## **E**

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 51, 55, 59, 63, 66, 68, 69, 82, 92, 93, 118, 172, 174, 180, 190, 197, 199

Educação geográfica 199

Ensinar 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26

Espaço 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 70, 74, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 141, 142, 147, 167, 169, 170, 172, 173, 179, 183, 186

Espaço geográfico 15, 22, 23, 26, 29, 98

Estudo 13, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 36, 39, 42, 53, 55, 64, 69, 71, 73, 79, 80, 84, 86, 96, 98, 99, 106, 108, 137, 147, 186, 187, 188, 190, 192, 196, 197

## **F**

Fonte 2, 4, 18, 42, 43, 44, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 77, 84, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 140, 144, 145, 182, 189, 191

Formação 8, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 46, 58, 68, 70, 71, 73, 81, 95, 96, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 171, 183, 184

## **G**

Geografia 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 52, 53, 54, 63, 64, 70, 71, 74, 81, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 135, 137, 148, 164, 170, 199

## **H**

Humano 7, 8, 21, 22, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 98, 124, 156, 179, 189, 196

## **I**

Indígena 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 103, 172, 181

Informação 33, 65, 69, 82, 83, 86, 93, 97, 172, 197

## **L**

Linguagem 1, 2, 10, 12, 65, 82, 94, 168, 178, 186

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 22, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 63, 64, 65, 73, 100, 121, 131, 139, 161, 167, 179, 183

## **M**

Metodologia 10, 13, 17, 41, 73, 86, 115

Mobilidade urbana 42, 43, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 121, 122

Município 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 71, 82, 87, 88, 103, 109, 112, 113, 115, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 169, 182

## **N**

Natureza 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 21, 23, 24, 26, 29, 70, 75, 96, 98, 99, 106, 108, 110, 135, 177, 178, 179

Necessidade 23, 37, 47, 50, 69, 74, 76, 78, 83, 97, 101, 102, 110, 119, 137, 147, 164, 169, 170, 173, 177, 181, 183

## **O**

Ocupação 31, 34, 35, 36, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 98, 102, 103, 104, 112, 114, 138, 166, 196

Organização 6, 8, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 67, 68, 69, 99, 101, 112, 147, 177, 180, 183

## **P**

Paisagem 11, 22, 83, 84, 92, 110

Participação 54, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 91, 147, 165, 180, 197

Patrimônio 45, 50, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186

Pesquisa 1, 2, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 61, 62, 65, 71, 73, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 106, 107, 112, 115, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 138, 142, 147, 148, 174, 187, 188, 192, 199

Pessoas 6, 7, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 65, 74, 78, 110, 111, 112, 117, 119, 143, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 180, 184, 196

Poder 1, 26, 32, 34, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 81, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 111, 137, 146, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 179, 184, 186

População 29, 32, 37, 49, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 91, 101, 105, 112, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 181, 189, 190, 197

Problema 3, 11, 34, 78, 110, 111, 113, 144, 146, 172

## **R**

Relações 2, 3, 4, 7, 8, 15, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 48, 51, 63, 65, 68, 78, 91, 96, 97, 99, 137, 141, 168, 170, 171, 178, 180

Rio 7, 11, 12, 27, 38, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 121, 122, 147, 169, 173, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 198

## S

Sociedade 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 38, 46, 47, 63, 68, 70, 74, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 111, 119, 139, 147, 148, 165, 169, 170, 172, 178, 180, 181, 182, 186, 187

Socioambientais 57, 69, 147

Socioeconômicas 111

## T

Tecnologia 31, 37, 39, 41, 67, 148

Teórico 3, 26, 28, 29, 183

Território 6, 10, 11, 22, 36, 38, 53, 61, 66, 70, 73, 79, 82, 86, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 135, 137, 138, 144, 169, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 191, 199

Trabalho 2, 14, 16, 17, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 57, 67, 68, 69, 74, 96, 98, 99, 106, 109, 112, 115, 119, 121, 135, 139, 141, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 196

Turismo 51, 82, 85, 93, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 177

## U

Urbano 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 85, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 121, 127, 168, 169, 170, 173, 174, 196

## V

Violência 7, 75, 105, 109, 110, 111, 117, 121, 135, 142, 146, 148, 168



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

  
Ano 2021



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021